

# Desejo e poder nas interfaces dos serviços comerciais de busca por parceiros

*Felipe Padilha*<sup>1</sup>

Universidade Federal de São Carlos

**Resumo:** O artigo analisa os usos sociais de aplicativos de busca por parceiros entre homens gays de classes populares em cidades do interior paulista, com base em pesquisa etnográfica (2013-2019). A partir de observação participante, entrevistas e análise de interfaces, examina como essas plataformas reconfiguram práticas de flerte, sexualidade e performatividade de gênero. Argumenta-se que os aplicativos, ao expandirem conexões, também regulam moral e esteticamente os usuários, institucionalizando padrões de desejabilidade. Propõe-se uma análise em três eixos: mercantilização do afeto, performatividade de gênero e governamentalidade algorítmica. Conclui-se que tais plataformas moldam subjetividades e operam como artefatos ambíguos do capitalismo afetivo.

**Palavras-chave:** aplicativos de busca de parceiros; governamentalidade algorítmica; mercantilização do afeto; performatividade de gênero.

<sup>1</sup> Doutor e mestre em Sociologia pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), onde atua como professor Substituto do Departamento de Sociologia. Docente formador no curso de Licenciatura em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). Pesquisador associado ao Núcleo de Estudos em Ambiente, Cultura e Tecnologia (NAMCULT/UFSCar) e ao Grupo de Pesquisa Gênero, Sexualidades, Socialidades e Subjetivações (FaE-UFGM).

## Desire and power in the interfaces of commercial partner-seeking services

**Abstract:** This article analyzes the social uses of partner-seeking apps among working-class gay men in small cities in the interior of São Paulo, based on ethnographic research (2013–2019). Drawing on participant observation, interviews, and interface analysis, it explores how these platforms reshape flirting, sexuality, and gender performativity. It argues that while expanding connections, apps also aesthetically and morally regulate users by institutionalizing desirability standards. The analysis is structured around three axes: commodification of affection, gender performativity, and algorithmic governmentality. It concludes that these platforms shape subjectivities and operate as ambiguous artifacts of affective capitalism.

**Keywords:** english: partner-seeking apps; algorithmic governmentality; commodification of affection; gender performativity.

## Deseo y poder en las interfaces de los servicios comerciales de búsqueda de pareja

**Resumen:** El artículo analiza los usos sociales de aplicaciones de búsqueda de pareja entre hombres gais de clases populares en ciudades del interior paulista, con base en una investigación etnográfica (2013–2019). A partir de observación participante, entrevistas y análisis de interfaces, se examina cómo estas plataformas reconfiguran prácticas de ligue, sexualidad y performatividad de género. Se argumenta que las aplicaciones, al ampliar conexiones, también regulan estética y moralmente a los usuarios, institucionalizando patrones de deseabilidad. Se propone un análisis en tres ejes: mercantilización del afecto, performatividad de género y gubernamentalidad algorítmica. Se concluye que estas plataformas moldean subjetividades y funcionan como artefactos ambiguos del capitalismo afectivo.

**Palabras clave:** aplicaciones de búsqueda de pareja; gubernamentalidad algorítmica; mercantilización del afecto; performatividad de género.

## Gramáticas do contato mediado

Nas primeiras décadas do século XXI acompanhamos a expansão acelerada de serviços comerciais online voltados à intermediação de encontros amorosos e sexuais, especialmente por meio de aplicativos para dispositivos móveis. A profusão de plataformas — como Tinder, Grindr, Hornet, Scruff, Jack'd, entre outros — está diretamente relacionada à popularização dos *smartphones* com conexão constante à internet, ao avanço das tecnologias de geolocalização e à consolidação de uma cultura digital pautada na lógica da conexão imediata, da visibilidade e da escolha. Tais aplicativos passaram a integrar a rotina cotidiana de milhões de usuários e de usuárias ao redor do mundo, oferecendo interfaces desenhadas para facilitar o contato entre pessoas com base na proximidade física, em características pessoais e em preferências sexuais previamente configuradas.

Especialmente para homens gays, esses serviços se tornaram ferramentas centrais para práticas de sociabilidade, desejo e expressão de identidade, sobretudo em regiões nas quais o espaço público continua marcado por restrições morais, estigma ou violência. Mais do que simples facilitadores de encontros, esses aplicativos atuam como dispositivos de mediação das relações sociais e reconfiguração das dinâmicas afetivas e sexuais, estruturando modos de visibilidade e invisibilidade, formas de reconhecimento e critérios de exclusão social que se expressam nos filtros, algoritmos e classificações operadas pelas próprias interfaces.

Este artigo, baseado em uma pesquisa etnográfica realizada em São Carlos (SP) entre 2013 e 2019 — com observação participante, análise de interfaces e entrevistas semiestruturadas com 30 homens gays nascidos entre 1975 e 2000 —, investiga como esses aplicativos articulam normas globais de mercado afetivo (ILLOUZ, 2011) com repertórios locais de masculinidade e discricção, gerando tensões entre agência dos usuários e estruturas tecnológicas.

O objetivo é analisar de que modo os aplicativos de busca por parceiros reconfiguram as práticas de sociabilidade, desejo e reconhecimento entre homens que se relacionam com outros homens no interior paulista. A partir de uma perspectiva sociológica informada pelos estudos de gênero e a sociologia digital, o artigo busca compreender como esses dispositivos tecnológicos operam simultaneamente como espaços de conexão e como mecanismos de regulação moral, estética e afetiva. Dito de outro modo, como as interfaces desses aplicativos — por meio de recursos como filtros, algoritmos, categorização de perfis e funcionalidades visuais — não apenas mediam os encontros, mas moldam os modos de apresentação de si, regulam formas de visibilidade e instituem padrões normativos de corpo, gênero e desejo? O artigo parte da hipótese de que essas plataformas, embora operem sob a promessa de liberdade e autonomia na escolha de parceiros, promovem dinâmicas ambíguas que articulam reconhecimento e exclusão, visibilidade e anonimato, desejo e estigma.

A análise se organiza em torno de três eixos principais: 1) a mercantilização do afeto, ou seja, a transformação das interações afetivas em transações mediadas por lógica de escolha, competição e acúmulo de capital sexual digital (ILLOUZ, 2019), especialmente em contextos marcados por escassez qualitativa de parceiros; 2) as performances de gênero e estratégias de discrição, compreendidas a partir da teoria da performatividade (BUTLER, 1990), que ajudam a explicar como sujeitos de diferentes gerações negociam masculinidades e visibilidade em um cenário ainda permeado por estigmas; e, por fim, 3) a governamentalidade algorítmica, entendida como a maneira pela qual filtros de corpo, raça e classe — associados à geolocalização — operam na produção de territórios afetivos seletivos, reforçando hierarquias globais em contextos locais (LIGHT, 2013).

A partir desses fios analíticos, o artigo busca responder às seguintes perguntas centrais: Como os aplicativos de busca por parceiros transformam as práticas de flerte, visibilidade e reconhecimento entre homens no interior paulista?; De que modo a lógica da escolha individual e da mercantilização do afeto impacta os modos de apresentação de si e os regimes de desejo no contexto local?; Quais tensões emergem entre anonimato, discrição e exposição nas performances de gênero mediadas pelas interfaces digitais?; Como os recursos algorítmicos dos aplicativos (filtros, geolocalização, categorias) produzem e mantêm hierarquias de corpo, raça e classe, afetando a circulação do desejo fora dos grandes centros urbanos?

Ao abordar tais questões, o artigo pretende contribuir para a compreensão dos modos como a sexualidade e o gênero são mediados tecnologicamente, e de que maneira tais mediações produzem subjetividades, normatividades e desigualdades específicas do contexto brasileiro, em especial, das relações construídas fora dos grandes centros urbanos.

Em termos metodológicos, para construir o campo de pesquisa, criei e mantive perfis nos aplicativos geossociais (*Grindr*, *Scruff* e *Hornet*), desde maio de 2013, apresentando-me explicitamente como pesquisador em Sociologia e iniciando os primeiros contatos pelos próprios aplicativos; por razões éticas, não identifiquei os interlocutores e os informei sobre os objetivos da pesquisa.

Em termos técnicos, a criação do perfil nos serviços comerciais envolve cadastro básico (e-mail, senha, data de nascimento e confirmação de maioridade) e posterior personalização com campos pré-formatados (ex.: idade, altura, “tribos”, posição sexual, status, preferências), podendo o usuário optar por preencher ou ocultar itens — arquitetura que tomei como referência analítica ao compor minha própria apresentação no campo.

As negociações em campo combinaram duas frentes complementares: (1) mediações on-line (conversas e convites via app que levavam a entrevistas consentidas e, quando pertinente, a grupos “secretos” no Facebook, além de trocas por Skype/WhatsApp); e (2) encontros face a face quando havia confiança e condições de segurança. Nessas interações, a fotografia e a descrição do perfil operavam como recursos centrais na triagem mútua e no “ajuste fino” de expectativas — o que exigia do pesquisador negociar linguagem, tom e visibilidade da própria apresentação, em consonância com a gramática local de “discrição” e com a lógica de eficiência que atravessa as autorrepresentações. O critério de “discrição/sigilo” aparecia recorrentemente como condição para o contato, especialmente entre homens de 30 a 55 anos, o que orientou pactos de confidencialidade e escolhas de horários/locais nas abordagens.

Quanto à posição do pesquisador em campo, o trabalho foi ancorado numa conceituação de georreferenciamento, posicionamento e posicionalidade, isto é,

reconhecendo que o “lugar” não é dado, mas produzido nas interações — e que saber “onde se está” envolve também ler convenções morais e dinâmicas de visibilidade/invisibilidade que regulam os contatos em cidades do interior. Dito de outro modo, “georreferenciamento, posicionamento e posicionalidade” servem para dizer que, nos apps, estar num lugar é sempre estar-de-um-certo-modo — sob regras locais de visibilidade — e na pesquisa assumi essa postura ao me situar como parte da rede, ajustando minha própria presença às convenções do interior sem abrir mão dos princípios éticos e da explicitação do meu papel como pesquisador. Assim, essa compreensão orientou a autorreflexividade sobre minha própria presença: situando-me como nó de uma rede (on/offline), mediando convites, entrevistas e observações, e ajustando meu perfil/abordagens às contingências locais sem perder de vista os parâmetros éticos previamente explicitados.

## Conexões com o campo da pesquisa

Em cidades pequenas, como as localizadas na região Centro-Leste do Estado de São Paulo nas quais realizei a pesquisa, interações presenciais entre homens abertamente gays ou que buscassem parceiros ao abrigo do olhar público foram limitadas por redes sociais restritas e pelo estigma associado à homossexualidade. Cruzando estruturas de geolocalização e interfaces mercadológicas, as interfaces dos Apps renovaram o circuito da paquera e das interações sociais entre os homens. Contudo, como pretendo mostrar, esses artefatos digitais não apenas ampliaram as possibilidades de encontro, mas também se consolidaram como dispositivos de mediatização e regulação moral, reconfigurando práticas de flerte, performances de gênero e territórios afetivos.

Assim, as interfaces desses aplicativos — ainda que objetivem facilitar o encontro entre pares — carregam historicamente um caráter simultaneamente libertador e regulatório, ao combinar geolocalização, classificação algorítmica e design de interação para estruturar novos modos de sociabilidade gay, ao mesmo tempo em que reproduzem fronteiras legais e morais estabelecidas.

Ao oferecer um “ambiente privado” de interação mediado por telas, os aplicativos de busca por parceiros criam a sensação de segurança e controle, permitindo ao usuário escapar do olhar direto da vizinhança e das instâncias locais de vigilância moral. Essa sensação, no entanto, é uma construção sociotécnica: embora a mediação digital proporcione certa autonomia, ela impõe simultaneamente um regime de visibilidade seletiva e autovigilância. Diferente das práticas de encontro sexual em espaços públicos — como o *cruising*, amplamente analisado por Perlongher (2008) —, os aplicativos deslocam os encontros para uma esfera que se apresenta como “protegida”, porém fortemente normatizada por filtros, algoritmos e convenções sociotécnicas.

## Lógicas que regem as buscas e os encontros

Era início da noite no mês de julho de 2017 e a temperatura amena de São Carlos, no interior paulista, fazia com que as ruas começassem a se esvaziar enquanto as notificações dos aplicativos de encontro começavam a se intensificar. Com o GPS ativado e o Grindr aberto, o que surgia na tela não era apenas uma sequência de perfis, mas uma paisagem social específica, marcada por silêncios visuais, códigos de descrição e intensas camadas de erotização.

Grande parte dos perfis não exhibe rostos. No lugar das feições, apareciam braços cruzados sobre o peito, barrigas definidas, torsos cobertos por camisetas ajustadas ou peles nuas de ombros para baixo. A identidade, nesses casos, é apagada estrategicamente — não apenas por medo da exposição, mas como uma forma ativa de marcar uma estética do segredo. Os textos de apresentação geralmente são curtos, quase sempre orientados por expressões recorrentes como “discreto”, “sigilo total”, “fora do meio”, “só na miúda”, “na encolha” ou “sem complicações”. Esses termos não são apenas preferências individuais, mas indícios de um regime moral local que molda os modos de se apresentar, interagir e desejar (PADILHA, 2015).

Ao longo do trabalho de campo, restringi o raio de busca a até 100 km da cidade de São Carlos, o que me permitiu observar perfis de homens que viviam, trabalhavam ou circulavam por 23 municípios da região. Essa delimitação foi metodologicamente estratégica: as cidades do interior paulista, articuladas por uma malha viária eficiente, mantêm uma dinâmica constante de deslocamentos diários para estudo, trabalho ou lazer. Muitas vezes, usuários que se conectavam ao aplicativo a partir de uma cidade menor estavam, na verdade, em trânsito ou trabalhando temporariamente em cidades médias, como Araraquara, Ribeirão Bonito, Ibaté ou Rio Claro. Isso dava à paisagem digital uma natureza fluida: um mesmo usuário podia aparecer em locais distintos ao longo da semana, e a fixação territorial dos perfis era menos rígida do que o mapa da tela sugeria.

O que mais me chamava atenção, no entanto, não era apenas a ausência de rostos ou a mobilidade dos corpos, mas a carga afetiva e sensorial que atravessava esses perfis. Os aplicativos constituíam um espaço saturado de emoções sexuais. As descrições, os emojis, as poses corporais e os convites sutis para “conversar melhor no privado” se entrelaçavam com imagens e expressões que remetem diretamente aos códigos culturais da pornografia gay (MOWLBOCUS, 2010). Ao invés de entender essa presença como algo moralmente condenável ou como simples hipersexualização, optei por analisá-la como uma forma midiática de representação: a pornografia gay, nesse contexto, opera como um gênero que organiza o desejo, orienta expectativas e modela formas de experimentar o corpo e o outro.

Ao descrever esse universo imagético, não me refiro apenas a vídeos explícitos, mas a toda uma retórica sensorial baseada na exposição parcial de partes do corpo, na sugestão de práticas, na performance estética da virilidade ou da passividade sexual. Trata-se de uma pornografia cotidiana e difusa, que se infiltra nos detalhes das fotos de perfil e nos vocabulários de abordagem, funcionando como uma pedagogia informal do desejo (PADILHA, 2019; FERNANDES e DUQUE, 2024). Em meio a essas interações, percebia que os aplicativos não eram apenas instrumentos técnicos, mas dispositivos sociais que conectavam sujeitos, territórios e fantasias sob a mediação de algoritmos, restrições morais locais e padrões de reconhecimento social.

A observação participante realizada nesses espaços digitais me permitiu não apenas acessar dados, mas habitar, ainda que temporariamente, o ambiente sensível em que se constroem formas de sociabilidade, erotismo e identidade. Nesse emaranhado de imagens truncadas, expressões veladas e silêncios carregados, se desenhava um retrato vívido — e profundamente situado — da vida sexual e afetiva de homens gays nessa região do interior paulista.

Ao longo do trabalho de campo, uma das interações que mais me marcou aconteceu com um usuário que se apresentava apenas com a imagem de um braço tatuado apoiado sobre o volante de um carro. O nome de perfil era lacônico — apenas “*só no sigilo*” — e sua descrição dizia: “*sem rosto, sem estresse, local só*”

*mato, nada de escândalo*". A conversa se iniciou com mensagens diretas, secas, orientadas por perguntas práticas: "Ativo ou passivo?", "Pode agora?", "Curte ao ar livre?". Respondi com alguma neutralidade, buscando compreender os sentidos atribuídos por ele àquele "mato" como local de encontro. Em poucos minutos, ele enviou uma localização próxima a um terreno baldio na saída da cidade, seguido da frase: "ali é tranquilo, só quem conhece vai".

Durante a conversa, ele explicou que evitava totalmente encontros "em casa" ou "em motéis", por medo de ser reconhecido, e que preferia locais afastados, geralmente em horários noturnos. "O bom do mato é que ninguém vê, ninguém ouve, e se der ruim é só meter o pé", escreveu. Em outro trecho, completou: "é tipo de olhar, de sentir se vai rolar, e fazer rápido... ali não tem enrolação".

Essa fala é reveladora. Ela aponta para a permanência de práticas de *cruising*, agora integradas às lógicas dos aplicativos. Embora a mediação digital crie uma camada de controle e antecipação, a efetivação do encontro, nesse caso, ainda recorre a territórios públicos semicultos — como terrenos baldios, praças mal iluminadas ou margens de rodovias — nos quais o sexo acontece sob a lógica da brevidade, da leitura corporal rápida e da furtividade. O "mato" aparece como uma espécie de herança material e simbólica das "zonas de transa" descritas por Perlongher (2008), em que a cidade é reconfigurada por usos sexuais táticos e desviantes.

A experiência relatada por esse sujeito também ilustra um traço importante: a tensão entre visibilidade e risco. Ainda que os aplicativos prometam anonimato e controle, para muitos homens gays do interior paulista — sobretudo os mais velhos, casados ou que não se assumem publicamente — a rua, o mato ou a praça ainda oferecem uma espécie de liberdade estratégica, livre das obrigações da performance visual imposta pelas interfaces. É nesses territórios ambíguos que o *cruising* reaparece, atualizado, articulando práticas tradicionais de encontros furtivos a novas formas de conexão digital. Os códigos gestuais do passado agora convivem com a triangulação por GPS, e o "olhar que convida" se desloca para o toque na tela — mas o pano de fundo continua sendo o mesmo: desejo, anonimato, perigo e, em muitos casos, solidão.

*Cruising* é um termo originado no vocabulário anglófono que passou a designar, no contexto das culturas gays urbanas, a prática de buscar encontros sexuais casuais em espaços públicos, como parques, praças, banheiros públicos, cinemas, ruas pouco movimentadas e outros locais que permitem algum grau de anonimato e oportunidade de contato físico rápido. Trata-se de uma prática historicamente vinculada à clandestinidade, marcada por códigos gestuais e olhares sutis que possibilitam o reconhecimento mútuo entre parceiros eventuais. O *cruising* não é apenas um comportamento sexual: é uma forma social específica de vivenciar o desejo em contextos de repressão, onde a homossexualidade era marginalizada ou criminalizada.

Do ponto de vista sociológico, o *cruising* pode ser compreendido como uma resposta coletiva e performática à ausência de espaços legitimados para a vivência homoerótica (MISKOLCI, 2017). Em sociedades marcadas pelo controle da sexualidade — especialmente durante o século XX, em que a homossexualidade era considerada crime, doença ou desvio moral —, o *cruising* representa uma forma de resistência cotidiana e subterrânea. Autores como Néstor Perlongher (2008) se dedicaram a compreender como esses usos do espaço urbano criam territórios sexuais informais que escapam à normatividade heterossexual do espaço público. Ao estudar *O Negócio do Michê*, na cidade de São Paulo, Perlongher descreve o

*cruising* como um fenômeno que organiza redes efêmeras de desejo e prazer, orientadas por táticas de circulação e reconhecimento, e enraizadas em “regiões morais” nas quais o desejo se inscreve sob vigilância.

Laud Humphreys, em *Tearoom trade: impersonal sex in public places* (1970), realizou um pioneiro estudo etnográfico sobre o fenômeno do *cruising* — práticas de sexo anônimo entre homens em sanitários públicos, conhecidos como “tearooms”. Assumindo o papel de “*watchqueen*” (observador posicionado para vigiar encontros) e, posteriormente, entrevistando discretamente os participantes em suas casas, Humphreys descreveu as motivações, os perfis sociais e as negociações simbólicas desses homens, muitos dos quais se definiam publicamente como heterossexuais. A abordagem proposta pelo autor, embora controversa, contribuiu para ampliar a compreensão a respeito de como contextos de anonimato e de segregação moral produzem espaços de sociabilidade clandestina, revelando a tensão entre identidade social e desejo sexual. A análise de Humphreys contribui para a compreensão desse fenômeno ao mostrar que práticas estigmatizadas não apenas reproduzem hierarquias de poder e normas de gênero, mas também geram “comunidades furtivas” cujas regras tácitas sustentam interações que desafiam — e, simultaneamente, reforçam — o controle social sobre corpos e condutas.

Assim, práticas como o *cruising* podem ser mais adequadamente compreendidas em diálogo com contextos sociais e espaciais nos quais o acesso à sociabilidade gay institucionalizada — como bares, clubes noturnos, saunas ou redes privadas de encontro — era restrito a determinadas camadas sociais ou circunscrito a grandes centros urbanos. Fora dos grandes centros urbanos, em regiões rurais, cidades interioranas ou entre indivíduos de classes populares, essas formas formais e comercializadas de sociabilidade eram inacessíveis por razões econômicas, geográficas ou morais. Em cenários desse tipo, o *cruising* emerge como uma prática alternativa de encontro sexual e de sociabilidade homoerótica, apropriando-se de espaços públicos e cotidianos — praças, rodoviárias, matas, banheiros públicos — como territórios possíveis para o exercício do desejo.

Trata-se de uma prática que permitia, ainda que de modo furtivo, que sujeitos sexualmente dissidentes criassem redes de contato e formas de reconhecimento mútuo fora dos circuitos normativos e comerciais. O *cruising*, portanto, não é apenas um recurso de ocasião, mas uma estratégia adaptativa diante da exclusão dos espaços de sociabilidade legitimados, refletindo desigualdades de classe, territorialidade e moralidade. Em contextos nos quais a homossexualidade era — e ainda é! — criminalizada ou altamente estigmatizada, essas práticas ganhavam contornos de resistência, sendo reguladas por códigos próprios de comportamento, horários e gestualidades, como detalhou Perlongher ao estudar as “zonas de transa” nas cidades latino-americanas. Assim, o *cruising* pode ser entendido tanto como um reflexo da ausência de institucionalidade quanto como uma forma de agência sexual situada, construída a partir da materialidade urbana e das restrições impostas pela moralidade dominante.

Nos últimos anos, com o avanço da tecnologia digital e a proliferação de aplicativos como Grindr, Scruff e Hornet, o termo *hookup* ganhou força. No campo das Ciências Sociais, *hookup* designa encontros sexuais esporádicos e descompromissados, mediados principalmente por plataformas digitais (MOWLABOCUS, 2010; MISKOLCI 2017). Embora o *hookup* pareça uma evolução técnica ou cultural do *cruising*, trata-se de práticas que compartilham semelhanças — como a casualidade, a ausência de laços afetivos prévios e a ênfase no anonimato —, mas que se situam em regimes de mediação e visibilidade distintos.

Enquanto o *cruising* depende da leitura corporal em ambientes físicos e do risco social implícito ao encontro público, o *hookup* digital desloca essas negociações para o plano das interfaces: a seleção do parceiro passa a ocorrer via algoritmos, perfis, filtros e mensagens. Além disso, o *hookup* incorpora a lógica do mercado afetivo descrita por Eva Illouz (2020), sob a qual o desejo se torna uma operação racional, estruturada pela escolha e pela comparação. O que antes era um gesto tático no espaço urbano se torna agora uma ação gerenciada em redes digitais, sujeita a padrões algorítmicos e critérios de consumo sexual.

Ambos os fenômenos — *cruising* e *hookup* — são, portanto, formas de busca por sexo casual que refletem suas condições históricas, políticas e tecnológicas. O *cruising* é mais característico de contextos de marginalidade espacial e temporal; o *hookup*, por sua vez, emerge como prática dominante em uma era de conectividade constante (Van Dijck, 2016), na qual o desejo é mediatizado por dispositivos e interfaces.

José van Dijck (2016) concebe a “conectividade” não como mero aumento de conexões em rede, mas como um novo modo de produzir socialidade mediada por plataformas, em que as interações humanas são codificadas em (meta)dados, algoritmos, protocolos, interfaces e padrões pré formatados - “default” - que transformam encontros e preferências em mercadoria e insumo para modelos de negócio digitais (VAN DIJCK, 2016: 7). Para a autora, o “social” adquire dupla face: a conexão propriamente dita e uma conectividade automatizada, ambígua e moldável por lógicas algorítmicas que privilegiam popularidade e competitividade, inscritas em princípios neoliberais de expansão contínua, hierarquia e alianças estratégicas (VAN DIJCK, 2016: 9). Dessa forma, o valor das plataformas não reside apenas na troca de conteúdo, mas na própria geração e exploração da conectividade como recurso econômico e sociopolítico.

Contudo, a despeito das inovações sociotécnicas, o *hookup* não elimina o *cruising*; em muitos contextos, eles coexistem, especialmente entre grupos que ainda enfrentam barreiras ao uso livre de tecnologias digitais (por idade, classe ou território). Ambos são expressões de como o desejo sexual se adapta a diferentes condições estruturais e culturais, revelando tensões entre visibilidade, anonimato, risco e prazer.

Perlongher (2008) demonstrou que o *cruising* se inscrevia em regiões morais específicas — parques, banheiros públicos, zonas noturnas — nas quais o desejo operava em tensão com a repressão social e policial. Nesses territórios, os sujeitos negociavam anonimato, perigo e prazer a partir de códigos gestuais e rituais corporais. Os aplicativos, por sua vez, deslocam esse jogo para um plano digital: o anonimato é administrado por escolhas de visibilidade no perfil e o risco de exposição assume outras formas como a capturas de tela, vigilância institucional, ou mesmo a possibilidade de ser reconhecido por algum parente ou por alguém da própria comunidade local. Assim, se o *cruising* se dava em zonas urbanas limítrofes, os aplicativos instauram uma nova cartografia do desejo, marcada por territórios reticulares, modulações algorítmicas e lógicas de mercado afetivo.

Portanto, embora esses serviços digitais pareçam oferecer mais segurança e controle, eles impõem novas formas de regulação moral — mais sutis, porém não menos normativas — que reorganizam a maneira como os sujeitos vivenciam o desejo e a sexualidade em regiões marcadas pela vigilância social e pelo conservadorismo cultural.

## Gerindo a visibilidade online

A aparente liberdade oferecida pelos serviços comerciais de busca por parceiros online exige uma gestão ativa da imagem e dos desejos: rostos ocultos, descrições vagas e filtros rigorosos revelam uma postura de controle ativo, na qual a autovigilância substitui a censura aberta. Como aponta Pelúcio (2019), essa dinâmica desloca para o usuário a responsabilidade pelo sucesso ou fracasso de seus encontros, enquadrando-o em uma lógica neoliberal que trata perfis como mercadorias a serem consumidas ou descartadas.

Ainda que se possa localizar o surgimento dos aplicativos a partir do aperfeiçoamento de experimentos anteriores, é certo que a trajetória de popularização desses serviços de busca por parceiros voltados ao público gay iniciou-se com o lançamento do Grindr em março de 2009, em Los Angeles. Pioneiro na adoção de geolocalização disponível a partir do desenvolvimento dos smartphones, o Grindr se converteu no aplicativo mais popular entre diversos outros, explicitamente voltados para homens gays. Assim como seus congêneres, esse aplicativo opera estabelecendo um modelo de interface em grade que exhibe, em tempo real, miniaturas de perfis ordenadas pela proximidade física do usuário. Durante o seu processo de aperfeiçoamento, o aplicativo passou a incorporar funcionalidades como filtros de idade e etnia, mensagens privadas, envio de imagens e chamadas de vídeo, além de oferecer benefícios alcançados a partir de versões pagas (Grindr XTRA e Unlimited) que, entre outras funcionalidades, elevam o número de perfis exibidos e removem anúncios.

Atualmente, a infinidade de aplicativos reflete diferentes estratégias de mercado e culturas locais: PlanetRomeo, por exemplo, consolidou-se na Europa como um serviço web antes de migrar para dispositivos móveis, enquanto o Hornet se apresenta como uma plataforma inclusiva para toda a comunidade LGBTQ+, incluindo streaming e funcionalidades de rede social. Cada interface difere sutilmente em paleta de cores, taxonomia de “tribos” e ênfases em características específicas como stories, eventos ou integração com mídias externas.

Vale mencionar que, apesar da difusão global — o Grindr, por exemplo, alcança 13,5 milhões de usuários ativos mensais em quase todos os países —, esses serviços enfrentam restrições legais em diversos lugares. No Oriente Médio, países como Irã, Síria, Paquistão, Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos proíbem seu uso, alegando “conteúdo imoral” ou criminalização da homossexualidade, e obrigam usuários a recorrer a VPNs para driblar os bloqueios. Em 2019, o Líbano impôs um bloqueio parcial ao Grindr por meio de operadoras estatais, impedindo login via redes móveis públicas e suscitando protestos de ativistas de direitos digitais.

Apesar da promessa de abundância de parceiros que acompanha a publicidade dos aplicativos, a realidade no interior paulista é marcada por uma escassez qualitativa de parceiros que correspondam às expectativas de classe, raça e masculinidade (KURASHIGE, 2018). Essa disparidade gera frustrações e acentua o medo da exposição social, já que ser identificado como homossexual ainda implica riscos — desde retaliações morais podendo chegar até agressões físicas (PADILHA, 2015).

Os interlocutores da pesquisa desenvolvem estratégias de visibilidade distintas, marcadas por cortes geracionais, posições sociais e experiências de pertencimento (PADILHA, 2015). Homens mais velhos, em geral nascidos antes da década de 1980, tendem a privilegiar o anonimato e a descrição. Seus perfis nos aplicativos frequentemente evitam a exposição direta da identidade: rostos não

aparecem, dando lugar a fotos de torsos, braços, costas ou partes do corpo em close — imagens que garantem a sugestão do desejo sem comprometer a privacidade. Esses usuários costumam adotar um vocabulário de apresentação centrado na busca por “sigilo”, “discrição”, “respeito” e “parceiros fora do meio”, expressões que indicam o desejo por encontros que não impliquem exposição pública ou associação com espaços socialmente marcados pela homossexualidade.

Por outro lado, entre os homens mais jovens, em especial aqueles nascidos a partir do final da década de 1990 e socializados em um contexto de conectividade digital e circulação ampliada de imagens LGBTQ+ na mídia, verifica-se uma postura distinta. Muitos deles se identificam abertamente como gays, bissexuais ou não binários, exibem seus rostos nos perfis e articulam seu desejo em uma gramática menos marcada pelo estigma. Para esses sujeitos, os aplicativos aparecem não apenas como uma ferramenta para o sexo casual, mas também como espaços de afirmação subjetiva e reconhecimento social. Suas práticas de apresentação e interação incorporam estéticas e códigos associados aos repertórios globais da homossexualidade midiaticizada, como a valorização do corpo musculoso, do estilo de vida fitness ou do humor sexualizado e de referências a divas da música e da cultura pop.

O cruzamento entre repertórios culturais locais e referências midiáticas globais produz, assim, uma paisagem digital complexa e diversa, na qual diferentes modos de vivenciar o “desejo homossexual” (HOCQUENGHEM, 2009) convivem, disputam e se transformam. Os aplicativos, ao operarem como interfaces homossociais — isto é, como redes compostas predominantemente por homens que buscam se relacionar com outros homens —, funcionam como espaços de experimentação regulada, onde a sexualidade é vivida sob novas possibilidades, mas também sob novas normas. Para muitos interlocutores que vivem em contextos urbanos interioranos atravessados por ruralidades, religiosidades e regimes de vigilância moral, essas interfaces oferecem uma alternativa simbólica ao espaço público tradicional.

Convém destacar que, no período em que o trabalho de campo que fundamenta este artigo foi realizado, o aplicativo Grindr e seus congêneres (como Scruff, Jack’d e Hornet) se apresentavam como plataformas voltadas exclusivamente para homens. Até então, a identidade de gênero “homem” era a única opção disponível no cadastro dos perfis, e o uso era socialmente reconhecido como restrito a homens gays, bissexuais ou que fazem sexo com homens. A inclusão da categoria “mulher” entre as opções de identidade de gênero, a partir de uma atualização da interface do Grindr em 2018, representou uma inflexão significativa na política da plataforma, permitindo maior personalização e a inclusão de variações de gênero não enquadradas nas categorias binárias ou pré-formatadas. Essa mudança pode ser compreendida no contexto das transformações administrativas ocorridas no período, especialmente após a venda do aplicativo por seu fundador Joel Simkhai a um conglomerado chinês em 2016, e posteriormente à mudança de controle majoritário em 2018. Desde então, tornou-se progressivamente mais comum a presença de travestis e mulheres transexuais entre os perfis, grupo que até aquele momento encontrava-se majoritariamente ausente ou marginalizado nessas plataformas.

Considero igualmente importante sublinhar que nem todos os usuários se identificam como gays. Alguns preferem não se nomear sexualmente, mesmo que busquem ativamente relações com outros homens. Isso reforça o caráter situado da sexualidade, cujas expressões e identidades variam conforme as experiências

de classe, geração, territorialidade e pertencimento. Para esses sujeitos, a sexualidade é muitas vezes vivida em segredo, e os aplicativos se apresentam como um meio seguro e funcional de acessar o prazer e o contato físico, sem necessariamente se expor às normas morais dominantes.

Ao longo da pesquisa, ficou evidente um deslocamento geracional em curso: se nas primeiras fases do trabalho de campo predominavam perfis centrados na discrição e na clandestinidade, com o passar dos anos houve um crescimento visível na presença de usuários mais jovens com perfis mais abertos, que não utilizavam o mesmo vocabulário de prudência e controle. Os dados sugerem que, entre esses jovens, a sexualidade é compreendida com menos associação ao segredo, à vergonha ou à culpa, e mais vinculada a valores de liberdade individual, autenticidade e expressão do desejo (PADILHA, 2015).

Considero que esse processo reflete uma transformação mais ampla nos horizontes culturais de aspiração e reconhecimento. “Assumir-se” deixa de ser apenas a revelação de um segredo oculto e passa a ser uma performance situada, carregada de expectativas geracionais e de classe. A ideia de “sair do armário” não é universal nem neutra: ela implica negociações materiais, simbólicas e afetivas que variam de acordo com o contexto de vida de cada sujeito. Ao mesmo tempo, a exigência de visibilidade também pode operar como nova norma — que pressiona os sujeitos a se “assumirem” de forma alinhada a modelos socialmente valorizados de masculinidade, juventude, consumo e apresentação pública.

Assim, as interfaces dos aplicativos não apenas reproduzem os repertórios de discrição herdados do armário homossexual e das práticas de *cruising*, mas também os reconfiguram em novas linguagens de desejo, prazer e reconhecimento, tensionadas por lógicas de mercado, algoritmos de visibilidade e disputas culturais em torno da sexualidade contemporânea.

## Muito além do encontro

As interfaces não são meras ferramentas técnicas, mas atores sociotécnicos que institucionalizam padrões de desejabilidade. Filtros de raça, classe e corpo — operados por algoritmos — traduzem hierarquias globais em contextos locais, enquanto a geolocalização redefine proximidades e distâncias afetivas. Esse design regulatório instaura uma governamentalidade suave — nos termos de Michel Foucault (2008a) —, na qual corpos são sancionados ou excluídos conforme se adequam (ou não) ao mercado do sexo.

A delimitação do campo de investigação se estabelece a partir das redes de interação formadas em torno do que se convencionou chamar de “mercado do sexo” — um espaço social heterogêneo que abrange uma ampla gama de práticas, relações e negociações no âmbito da sexualidade. Como propõe Piscitelli (2005; 2011), essas interações podem ser ou não mediadas pelo dinheiro e nem sempre são percebidas pelos sujeitos envolvidos como formas de prostituição. Operando nessa ambiguidade entre desejo, interesse e negociação, o mercado do sexo oferece uma chave analítica importante para compreender os modos como os sujeitos constroem sentidos para suas relações afetivas e sexuais nas interfaces digitais.

A minha hipótese parte de que a intensificação da “conectividade perpétua” (CASTELLS, 2011), impulsionada pela popularização dos smartphones e pela consolidação de conglomerados que operam como oligopólios no ecossistema de redes (MACHADO e MISKOLCI, 2019), ampliou e diversificou as possibilidades de interação sexual. Complementarmente, a plataformização mostra que esse

processo não é apenas de acesso ou volume de conexões, mas de reconfiguração infraestrutural, econômica e regulatória da vida social: a dataficação e a integração técnico-algorítmica capturam e modulam sinais de desejo e estratégias de visibilidade; mercados multilaterais e efeitos de rede organizam e monetizam encontros e conteúdos; e políticas opacas de governança — termos de uso, moderação e métricas — delimitam o que pode ser visto, dito e transacionado (POELL, NIEBORG e VAN DIJCK, 2020). Nesse arranjo, as fronteiras entre online e offline tornam-se porosas, e experiências sexuais, afetivas e mercantis se entrelaçam continuamente no cotidiano conectado, sob curadoria algorítmica e assimetrias de poder entre usuários e operadores. Essa dinâmica adiciona camadas de complexidade à análise da sexualidade contemporânea, evidenciando negociações que combinam desejo, anonimato, mercantilização e estratégias de subjetivação mediadas por plataformas (CASTELLS, 2011; MACHADO e MISKOLCI, 2019; POELL, NIEBORG e VAN DIJCK, 2020).

Longe de serem espaços neutros, os serviços comerciais de busca por parceiros se constituem como dispositivos ambíguos: ampliam horizontes de sociabilidade e experimentação identitária, mas reproduzem estruturas de poder e desigualdade. Sua materialidade técnica, longe de ser neutra, atua como um dispositivo moral que sanciona certos corpos e práticas, reafirmando o entrelaçamento entre tecnologia, mercado e sexualidade no capitalismo afetivo contemporâneo. Ao mediatizar interações que antes ocorriam em redes presenciais restritas, esses aplicativos reconfiguram o território afetivo, criando zonas de proximidade e exclusão que refletem — e reforçam — as hierarquias do mundo offline.

Serviços comerciais de relacionamento online convidam o usuário a ocupar uma posição privilegiada de escolha, na qual potenciais parceiros são avaliados com base em critérios pessoais, preferências e idiossincrasias (ILLOUZ, 2011). Essa posição, ainda que ficcional, está ancorada em uma ideologia neoliberal da escolha individual, em que cada perfil é produzido e apresentado como um produto a ser desejado ou descartado. Como observa Larissa Pelúcio (2019), essas “mercado-lógicas”, como a autora nomeia as lógicas empreendedoras da internet, transferem para o usuário a responsabilidade exclusiva pelo sucesso ou fracasso de seus encontros, demandando que ele racionalize a busca e otimize o tempo para fazer o melhor investimento em termos de atração e compatibilidade.

Contudo, a promessa de abundância veiculada por essas plataformas — tal como analisa Illouz (2011) — esbarra, no interior paulista, em uma escassez qualitativa de perfis que correspondam a certos padrões valorizados: escolaridade, renda, raça e tipos específicos de masculinidade (KURASHIGE, 2018). Essa disparidade entre o imaginário de escolha ilimitada e a realidade localizada gera frustração e reforça o receio de exposição, uma vez que a homossexualidade ainda é permeada por riscos de retaliação moral, tensões familiares ou mesmo violência física.

A prática da filtragem — tanto técnica (via algoritmos e categorias pré-definidas) quanto simbólica (por meio de repertórios de aceitabilidade social) — torna-se, assim, simultaneamente um gesto de proteção e uma forma de negociação do pertencimento. As interfaces tecnológicas, longe de atuarem apenas como canais neutros, funcionam como verdadeiros moduladores sociotécnicos. Na medida em que elas impõem normas de classificação corporal, operam filtros de atração e hierarquizam perfis segundo critérios que traduzem repertórios globais de beleza e masculinidade em versões localizadas. Dessa forma, o design da interface instala uma forma de governamentalidade suave que regula o corpo e o desejo, sancionando práticas alinhadas ao mercado afetivo digital e excluindo

aquelas que escapam aos seus padrões. Filtros de raça, classe e corpo institucionalizam padrões de desejabilidade, reforçando hierarquias globais em escala local (LIGHT, 2013). A geolocalização, por exemplo, redefine territórios afetivos, aproximando corpos “desejáveis” e invisibilizando outros.

Com a noção de governamentalidade pretendo sublinhar uma forma de exercício do poder que não opera de modo coercitivo ou repressivo, mas sim por meio da orientação, regulação e indução de condutas, muitas vezes internalizadas pelos próprios sujeitos. Inspirado nas formulações de Michel Foucault (2008a; 2008b) sobre governamentalidade, busco com essa expressão chamar a atenção para os mecanismos sutis através dos quais o poder se infiltra no cotidiano, moldando comportamentos, afetos, hábitos e modos de vida — não pela força, mas pela normalização e pela gestão das escolhas individuais.

Diferente de formas de dominação abertas ou violentas, a governamentalidade suave atua através de práticas aparentemente neutras ou benéficas, como o aconselhamento psicológico, os programas de saúde pública, a pedagogia, os discursos sobre estilo de vida saudável ou produtividade, entre outros. Trata-se, portanto, de uma administração da vida que visa formar sujeitos autônomos, responsáveis e ajustados às demandas sociais e econômicas vigentes — ou seja, indivíduos que governam a si mesmos de acordo com os imperativos do governo.

Nos contextos digitais, como nos aplicativos de busca por parceiros, a governamentalidade suave manifesta-se através do design das interfaces, das lógicas algorítmicas e das normas implícitas de apresentação, que orientam os usuários a se comportarem de determinados modos: valorizar a visibilidade, curar cuidadosamente a própria imagem, manter responsividade, evitar certos corpos ou preferências. A promessa de liberdade e escolha esconde, nesse caso, uma estrutura de regulação que produz sujeitos desejáveis e ajustados a padrões normativos, reforçando estéticas, valores e hierarquias socialmente construídas. Trata-se, assim, de um poder que atua não contra, mas através do desejo — moldando-o.

Durante o trabalho de campo, tornou-se recorrente encontrar perfis marcados pela ausência de rosto e pela ênfase no sigilo. Em muitas dessas interações, os usuários optavam por fotografias que mostravam apenas partes do corpo — torsos, braços, pernas ou costas — em enquadramentos cuidadosamente editados para não revelar a identidade. As descrições eram geralmente breves e orientadas por um vocabulário repetitivo: “discreto”, “sigilo total”, “fora do meio”, “sem foto, sem papo”. Esses enunciados, longe de expressarem apenas preferências pessoais, indicavam a existência de um regime partilhado de visibilidade seletiva, especialmente entre homens de faixas etárias mais avançadas, residentes em cidades pequenas, trabalhadores de repartições públicas ou sujeitos não assumidos no convívio familiar e social.

Em uma dessas interações, por exemplo, um usuário com mais de 40 anos — que se apresentava apenas com uma imagem desfocada do tórax — explicou que o anonimato era, para ele, uma “questão inegociável”. Ele usava o aplicativo em “modo furtivo”<sup>2</sup>, apagava as conversas logo após as trocas e evitava qualquer forma de rastreamento visual. Essa forma de presença digital — marcada pela

<sup>2</sup> O “modo furtivo” (ou *stealth mode*) foi um recurso disponibilizado por versões pagas do *Grindr* (como o *Grindr XTRA* ou *Unlimited*) que permitia ao usuário navegar pela plataforma sem aparecer online para outros usuários e sem que sua presença fosse registrada na lista de visitantes dos perfis alheios. Essa funcionalidade foi particularmente valorizada por usuários que desejavam manter discrição total ao utilizar o aplicativo, seja por razões relacionadas à privacidade, segurança ou à necessidade de ocultar a própria orientação sexual em contextos sociais conservadores. Ao oferecer esse tipo de controle sobre a visibilidade, o recurso reforçava estratégias de uso baseadas no sigilo e na gestão cuidadosa da exposição pessoal.

ocultação do rosto, pelo controle rígido da exposição e pela negociação baseada no sigilo — constitui uma performance reiterada de gênero. Como propõe Judith Butler (2003), a identidade de gênero é produzida por meio de atos repetidos. Nesse contexto, o uso de imagens parciais, a ausência de dados identificáveis e a recusa em se nomear sexualmente funcionam como atos performativos que reafirmam uma masculinidade construída sobre a contenção, a reserva e um tipo de apresentação apoiada numa heterossexualidade presumida<sup>3</sup>.

Em contraste, perfis de usuários mais jovens apresentavam estratégias opostas. Era comum ver rostos expostos, poses corporais bem enquadradas, descrições mais longas e uma linguagem afetiva que combinava erotismo e autenticidade. Frases como “versátil, resolvido, sem neuras”, “gosto de homens carinhosos” ou “sou aberto a novas experiências” circulavam nesses perfis como recursos de engajamento, indicando uma forma de performatividade mais visível e alinhada a repertórios globais da cultura gay. Para esses sujeitos, a exposição visual e discursiva não representava necessariamente risco, mas uma estratégia de afirmação identitária e de valorização no mercado digital.

Ambos os casos — o do sigilo e o da visibilidade — compartilham uma lógica comum: a conversão de atributos pessoais (corpo, idade, gênero, comportamento) em critérios de avaliação e escolha, dentro de um mercado afetivo altamente competitivo. Como analisa Illouz (2011), as interfaces dos aplicativos reorganizam as relações sexuais e emocionais sob a lógica neoliberal da escolha racional, transformando perfis em mercadorias que devem atrair, convencer e manter a atenção do outro. Essa racionalização do desejo exige do sujeito uma gestão contínua de sua imagem, levando à formação do que podemos chamar de “capital sexual digital”: um acúmulo simbólico de valor baseado na atratividade percebida e na capacidade de gerar interações (ILLOUZ, 2019).

No interior paulista, esse mercado não encontra um campo de possibilidades amplo. A escassez qualitativa de parceiros — em função de critérios como escolaridade, renda, cor da pele ou tipo de masculinidade valorizada, frequentemente assinalada pelos interlocutores como “um problema local” — intensifica a competição e a frustração. A promessa de abundância veiculada pelas plataformas se choca com os limites materiais e culturais da região, produzindo um efeito paradoxal: quanto maior a liberdade de escolha aparente, maior também a seletividade, o silêncio e a exclusão de certos corpos e perfis.

Além disso, a filtragem algorítmica reforça essas dinâmicas: perfis com imagens de corpo inteiro e fotos de rosto tendem a ocupar posições de maior destaque nas interfaces, enquanto aqueles marcados pelo anonimato ou baixa responsividade permanecem nas margens da malha digital. A visibilidade converte-se em um recurso de valor, mas também em um vetor de risco. O dilema entre proteger-se do estigma e buscar reconhecimento social atravessa cada gesto de curadoria de si: cada recorte de foto, cada palavra escolhida ou omitida na descrição, cada decisão sobre com quem interagir e quando desaparecer.

Dessa maneira, os aplicativos de busca por parceiros se constituem como dispositivos complexos de produção de subjetividades. Neles, a performatividade de gênero e a mercantilização do afeto operam de forma articulada: os sujeitos não

<sup>3</sup> Emprego o termo heterossexualidade presumida para descrever um regime social no qual determinados homens, mesmo mantendo relações sexuais com outros homens, são socialmente percebidos — e se esforçam para ser percebidos — como heterossexuais. Esse reconhecimento se dá não apenas pela ocultação de práticas homoeróticas, mas também pela adoção de códigos visuais e comportamentais associados à masculinidade hegemônica, como a “discrição”, a virilidade performada e a recusa em se identificar como gay. Nas interfaces dos aplicativos de busca por parceiros, essa heterossexualidade presumida opera como um capital simbólico, permitindo que os sujeitos se mantenham protegidos do escrutínio público e conciliem o desejo homoerótico com as normas sociais dos contextos locais — especialmente em cidades do interior paulista, marcadas por forte estigmatização da homossexualidade.

apenas buscam parceiros, mas se veem convocados a desempenhar versões desejáveis de si mesmos, reguladas por normas estéticas, algoritmos de visibilidade e hierarquias morais. Ao mesmo tempo em que oferecem novas possibilidades de conexão e expressão do desejo, essas plataformas impõem códigos sutis de exclusão e reconhecimento, reafirmando desigualdades e disputas já presentes nas experiências sociais locais.

Além de mediatizarem sociabilidades que, antes, dependiam de redes presenciais restritas, esses aplicativos também reconfiguram os próprios territórios do desejo. A malha reticular das conexões digitais cria zonas de proximidade e afastamento que atravessam os limites físicos entre cidades, mas também reproduz desigualdades sociais, raciais e estéticas. Quem não atende ao perfil ideal — implícito nos algoritmos e nas lógicas de avaliação — tende a ocupar margens menos visíveis da interação.

Nesse contexto, a figura do “eu selecionador” emerge como expressão da racionalidade neoliberal aplicada ao desejo, articulando consumo, gestão de si e performance de valor sexual. O acúmulo de capital sexual digital passa a depender tanto da estética corporal quanto da habilidade em manejar a própria exposição.

## Considerações finais

Os resultados desta pesquisa etnográfica apontam que os aplicativos de busca por parceiros, ao se inserirem no cotidiano de homens que se relacionam com outros homens no interior paulista, atuam como artefatos eloquentes (MISKOLCI, 2017), revelando a complexa ambivalência entre habilitação e controle, entre liberdade de conexão e reprodução de normas. Ao mediatizar práticas sexuais e afetivas, essas plataformas organizam os circuitos de sociabilidade local, deslocando-os do espaço público para a esfera digital, mas sem, com isso, romper com os regimes de visibilidade, masculinidade e desejo historicamente construídos.

Embora os aplicativos ofereçam aos usuários a promessa de autonomia, sigilo e liberdade de escolha, os dados indicam que essa autonomia é condicionada por uma governamentalidade algorítmica que orienta comportamentos, filtra corpos e define padrões de desejabilidade. As interfaces, com seus recursos técnicos (como filtros, geolocalização, perfis e notificações), não apenas refletem preferências individuais, mas impõem estruturas normativas que reforçam hierarquias de gênero, raça, classe e corporalidade — especialmente em regiões marcadas pela escassez qualitativa de parceiros e por moralidades locais ainda fortemente heteronormativas.

Além disso, os sujeitos que habitam essas plataformas não são apenas consumidores passivos, mas agentes que desenvolvem estratégias situadas para negociar anonimato, visibilidade e pertencimento. A discricção, o silêncio e a curadoria do próprio perfil — atos especialmente frequentes entre os homens mais velhos — são formas de autopreservação frente ao estigma, enquanto a visibilidade performativa de sujeitos mais jovens aponta para transformações nas formas de viver a sexualidade, marcadas por outros repertórios culturais, digitais e geracionais.

Assim, os aplicativos funcionam como dispositivos sociotécnicos de mediação do desejo e da identidade, cuja ambiguidade é central: ao mesmo tempo em que permitem novas formas de encontro, experimentação e reconhecimento, também

reproduzem — e em alguns casos aprofundam — estruturas de exclusão e desigualdade. Sua materialidade técnica, longe de ser neutra, atua como um dispositivo moral que seleciona, sanciona e organiza os modos possíveis de ser, de desejar e de aparecer publicamente. Em última instância, os aplicativos reforçam o entrelaçamento entre tecnologia, mercado e sexualidade no interior do capitalismo afetivo contemporâneo, no qual até o desejo se torna objeto de gestão, performance e valor.

Recebido em 16 de maio de 2025.

Aprovado em 30 de julho de 2025.

## Referências

MACHADO, Jorge.; MISKOLCI, Richard. Das jornadas de junho à cruzada moral: o papel das redes sociais na polarização política brasileira. *Sociologia & Antropologia*, 9 (3): 945-970, 2019.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003.

CASTELLS, Manuel. *A Sociedade em Rede V.1: A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura*. São Paulo, Paz e Terra, 2011.

FERNANDES, Mário Vieira; DUQUE, Thiago. Aplicativos de relacionamento como artefatos culturais tecnológicos: masculinidades, currículo e pedagogia em tempos de capitalismo afetivo. *Campos - Revista de Antropologia*, 25 (1): s. p., 2024.

FOUCAULT, Michel. *Nascimento da Biopolítica. Curso no Collège de France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

FOUCAULT, Michel. *Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

HOCQUENGHEM, Guy. *El deseo homosexual*. España: Melusina, 2009.

HUMPHREYS, Laud. *Tearoom trade: impessoal sex on public places*. Chicago: Aldine, 1970.

ILLOUZ, Eva. *El fin del amor: una sociología de las relaciones negativas*. Madrid: Katz Editores, 2020.

- ILLOUZ, Eva. *O amor nos tempos do capitalismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.
- KURASHIGE, Keith Diego. *Desejos à margem: fragmentos de memórias homossexuais em São Carlos*. Tese (Doutorado em Sociologia), Universidade Federal de São Carlos, 2018.
- LIGHT, Ben. Networked masculinities and social networking sites: a call for the analysis of men and contemporary digital. *Masculinities and Social Change*, 2 (3): 245-265, 2013.
- MISKOLCI, Richard. *Desejos digitais: uma análise sociológica da busca por parceiros online*. São Paulo: Autêntica Editora, 2017.
- MOWLABOCUS, Sharif. *Gaydar Culture: gay men, technology and embodiment in the Digital Age*. London: Ashgate Publishing, 2010.
- PADILHA, Felipe André. *Entre macacos velhos e queerpiras: uma etnografia por entre as interfaces dos serviços comerciais de busca por parceiros online no interior paulista*. Tese (Doutorado em Sociologia), Universidade Federal de São Carlos, 2019.
- PADILHA, Felipe André. *O segredo é a alma do negócio: mídias digitais móveis e a gestão da visibilidade do desejo homoerótico entre homens na região de São Carlos*. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Universidade Federal de São Carlos, 2015.
- PELÚCIO, Larissa. *Amor em tempos de aplicativos: Masculinidades heterossexuais e a nova economia do desejo*. São Paulo: Annablume, 2019
- PERLONGHER, Néstor. *O negócio do michê: a prostituição viril em São Paulo*. São Paulo. Editora Perseu Abramo. 2008.
- PISCITELLI, Adriana. “Amor, apego e interesse: trocas sexuais, econômicas e afetivas em cenários transnacionais”. In: PISCITELLI, Adriana; ASSIS, Gláucia Oliveira de; OLIVAR, José Miguel Nieto (orgs.). *Gênero, sexo, amor e dinheiro: mobilidades transnacionais envolvendo o Brasil*. Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero Pagu, 2011. pp. 537-82.
- PISCITELLI, Adriana. Apresentação, Gênero no mercado do sexo. *Cadernos Pagu* (25): 7-23, 2005.
- POELL, Thomas; NIEBORG, David; VAN DIJCK, José. Plataformização. *Fronteiras – estudos midiáticos*, 22 (1): 2-10, 2020.
- VAN DIJCK, José. *La cultura de la conectividad: una historia critica de las redes sociales*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2016.